

Brasil quer acordo com

NSE

ECONOMIA

redução da dívida

Extrema

O embaixador do Brasil nos Estados Unidos, Marcílio Marques Moreira, anunciou ontem a disposição do governo de levar adiante a negociação de um programa piloto de redução da dívida externa com os bancos credores antes da mudança de governo, prevista para dentro de oito meses. O embaixador manteve rápido encontro com a imprensa no Itamarati, pouco antes de retornar a Washington.

"Seria uma operação baseada na securitização de 10 por cento da dívida que temos com os bancos, e o desconto seria na forma de redução de juros, pois é o que exige menos esforço contábil dos bancos", disse o embaixador, assegurando que essa negociação será levada adiante "se possível ainda nesse governo, mas de qualquer forma estaria pronta para o próximo". Segundo o embaixador, esse projeto não tem validade unicamente pelo montante envolvido, mas pela aceitação da idéia de redução da dívida externa.

Disse que a negociação brasileira dependerá muito dos resultados da mexicana, considerada como paradigma (modelo) desde a crise de 1982.

"Suponho que ela esteja perto do fim, e espero feliz", disse, referindo-se à negociação mexicana. Manifestou igualmente a sua esperança de que com a conclusão da negociação mexicana os bancos estejam mais dispostos a analisar outras propostas como a argentina é brasileira.

Brasil deve cerca de 60 bilhões de dólares aos bancos privados e já anunciou seu propósito de suspender o pagamento de juros com o objetivo de proteger suas reservas. Marques Moreira disse que o governo vai "defender, com firmeza e a qualquer custo", o nível adequado de reservas, especialmente por ser este um momento de transição política.

Nesse contexto, assinalou que o acúmulo de pagamentos de juros aos bancos privados em setembro "será atendido nesse quadro geral dos objetivos do governo". Mostrou-se muito otimista em relação à política econômica e à conjuntura financeira internacional, observando que com a redução dos juros de 2 por cento, o Brasil teria uma economia anualizada equivalente a 1 bilhão de dólares.

Disse que durante o almoço de on-

tem, com o presidente José Sarney, o ministro da Fazenda, Mílson da Nóbrega, o assessor internacional do Ministério da Fazenda, Sérgio Amaral, e com o assessor presidencial para assuntos internacionais, Luís Felipe Seixas Corrêa, não recebeu instruções específicas, "fora de continuar como embaixador conduzindo os entendimentos com o Tesouro americano, com os bancos privados e com os organismos multilaterais de crédito.

O embaixador admitiu no Palácio do Planalto que enfrentara dificuldades nas suas gestões em Washington devido à mudança de governo e lamentou que os ciclos políticos não coincidam com os financeiros. "Precisamos romper com isso, mas não há garantia de que isso ocorra", disse, e lembrou uma conferência feita por ele na Universidade de Harvard sobre o assunto. Em rápida entrevista disse que tinha recebido a missão do presidente Sarney de explicar tanto ao governo americano, quanto aos credores privados as recentes medidas adotadas pelo governo com o objetivo de proteger as suas reservas.